

Estratégia de Desenvolvimento Local do Oeste

NOME BENEFICIÁRIO	Leader Oeste Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste
NIFAP	7082376
DESIGNAÇÃO	Estratégia de Desenvolvimento Local do Oeste Um território onde todos contam
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A Estratégia de Desenvolvimento Local consiste numa estratégia abrangente para todo o território, tendo por base a análise SWOT realizada, que deverá cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC;

A parceria liderada pela Leader Oeste realizou um diagnóstico que suporta a macro estratégia proposta onde os contributos respondem às oportunidades, na expectativa de poder corrigir fragilidades fundamentalmente pela abordagem Leader do PEPAC. Tendo em conta que não existiu limitação no desenhar dessas respostas, conduziu-se a elaboração desta estratégia na expectativa que as futuras medidas Leader sejam suficientemente amplas de modo a acolher o maior leque possível de intervenções. Nos pontos seguintes explicita-se a elaboração desta macro estratégia, onde importa realçar a fusão do território dos anteriores DLBC Rurais do Alto e Baixo Oeste num único território, assim como a concentração de uma parceria alargada que cresce de acordo com essa fusão do território constituindo-se como uma das maiores parcerias GAL que se conhece. O trabalho de consolidação territorial e orgânico desta parceria é uma das pedras basilares desta fase de elaboração da macro estratégia e de reconhecimento do GAL, sendo indissociável deste processo de auscultação e co construção de uma nova parceria. Será determinante, numa segunda fase de finalização estratégica, haver instrumentos adequados para emancipar esta parceria e criar bases de desenvolvimento local no Oeste.

2. Caracterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural;

A região proposta abrange quase todo o Oeste excluindo 2 concelhos classificados como não rurais. Tratando-se de uma Região Rural com predominância de agricultura e sector primário, a sua identidade territorial assenta numa lógica de interdependência com a área metropolitana de Lisboa a Sul, o ribatejo a Este e o pinhal de Leiria a Norte.

Os 12 municípios desta região estão articulados em estratégias consolidadas onde a identidade regional ganha consistência.

O território de intervenção do GAL Oeste, ao qual se propõe como EG - Entidade Gestora a Leader Oeste, abrange todo o espaço da NUT III Oeste exceto 2 freguesias não rurais. Esta intervenção coincide com o espaço territorial dos 12 municípios do Oeste.

O GAL propõe manter essa intervenção e fundir integralmente os territórios de DLBC Rural aprovados no período de programação precedente (2014-2020), congregando o GAL DLBC Alto Oeste e o GAL DLBC Baixo Oeste num mesmo GAL, com uma abordagem integral à Região.

Tendo em conta o ponto nº 2 do Concurso para a apresentação de candidaturas N.º 02/Operação 10.1.1/2023, que realça a obrigatoriedade *de cobrir todas as freguesias classificadas como rurais, devendo a delimitação do território de um GAL circunscrever-se às seguintes limitações territoriais: a) Estar integrado numa única NUT II; b) Inexistência de fracionamento de concelhos entre GAL; c) Incidirem em territórios de comunidades de base rural com população não inferior a 20 mil habitantes, nem superior a 200 mil habitantes, salvo situações devidamente justificadas que poderão elevar o limite máximo;*

Apresenta-se uma proposta onde estão reunidas todas as premissas requeridas, nomeadamente:

- Abranger todas as freguesias rurais;
- Integrar todas essas freguesias numa única NUT III, a sub-região Oeste;

- Incidir em territórios de comunidade de base rural, sendo o limite populacional excedido pelo facto de reunir as premissas presentes no ponto nº 2 do Aviso, assim como as alíneas a), b) e c).

Desta forma a área territorial proposta abrange todo o Oeste menos 2 freguesias classificadas como não rurais, nomeadamente a freguesia de Salir do Porto e Tornada e a freguesia da cidade de Torres Vedras.

O total da cobertura territorial, das freguesias definidas como rurais, de acordo com alista anexa ao Concurso para a apresentação de candidaturas N.º 02/Operação 10.1.1/2023, proposta corresponde a 331 336 habitantes.

Município	População residente			DLBC 2014-2020	População PEPAC
	2021	2011	Var.		
Alcobaça	54 973	56 688	-3,1%	56 688	54 973
Bombarral	12750	13193	-3,4%	13 193	12 750
Caldas da Rainha	50917	51729	-1,6%	38 991	46 483
Nazaré	14885	15158	-1,9%	15 158	14 885
Óbidos	11924	11772	1,3%	11 772	11 924
Peniche	26431	27753	-4,8%	13 004	26 431
Sub Total	171 880	176 293	-2,2%	148 806	167 446
Variação 2011 a 21	-4 413				
Variação DLBC PEPAC				18 640	
Alenquer	44 445	43 267	2,7%	29826	44 445
Arruda Vinhos	13992	13391	4,5%	13391	13 992
Cadaval	13372	14228	-6,1%	14228	13 372
Lourinhã	26246	25735	2,0%	25735	26 246
Sobral M. Agraço	10541	10156	3,8%	10156	10 541
Torres Vedras	83075	79465	4,6%	53748	55294
Sub Total	191 671	186 242	1,9%	147084	163890
Variação 2011 a 21	5 429				
Variação DLBC PEPAC				16806	
Total Oeste	363 551	362 535		295 890	331 336
Variação 2011 a 21	1 016				
Variação PEPAC Oeste				35 446	

3. Caracterização da Parceria

A entidade proponente é uma parceira, reduzida a escrito, sem personalidade jurídica, que designa como Entidade Gestora a Associação Leader Oeste, pessoa coletiva de direito privado, com natureza jurídica. A parceria que se propõe constituir como o Grupo de Ação Local - DLBC Rural do Oeste, integra 82 entidades representativas da NUTIII Oeste, de acordo com a alínea c) do ponto nº 3 do Concurso para a apresentação de candidaturas N.º 02/Operação 10.1.1/2023.

O modelo organizacional proposto, como referido anteriormente, assenta na Associação Leader Oeste como Entidade Gestora de uma parceria informal, que congrega Instituições de base regional, sub-regional e local com intervenção relevante tanto a nível da sua esfera de atuação, como no âmbito territorial de intervenção com presença efetiva no território. A parceria apresentada integra 53 entidades associadas da Leader Oeste, e outras 29 entidades com intervenção relevante no território, alguma delas com experiência na gestão de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento local. De acordo com o nº 2.3 da OTE nº 174/2023, foi salvaguardado o princípio da proporcionalidade entre entidades privadas e entidades públicas, registando-se mais de 60% de representantes de entidades privadas (51 privadas e 31 públicas), assim como um aumento do nº de parceiros validados, e do nº de setores de atividade, em relação ao anterior período de programação.

No cumprimento da adequação da qualidade da parceria, conforme o ponto 4.5 - Metodologia de Análise da Estratégia do Concurso, alargou-se a parceria de forma a assegurar uma cobertura territorial dos diversos municípios, bem como uma representatividade das várias dimensões socioeconómicas, quer dos setores mais dinâmicos e interventivos, mas também dos setores com

potencial de crescimento e dos que sejam pontos fracos a necessitar de uma intervenção estruturante, como por exemplo o setor da área social que não obteve apoio no anterior período de programação. Nesse sentido encontram-se representados na parceira proposta: 22 Parceiros do setor agrícola, agroalimentar e Indústria vitivinícola; 8 Parceiros do setor ambiente e floresta; 8 Parceiros do setor património, cultura e turismo; 26 Parceiros do setor Administração Local; 4 Parceiros do setor ensino profissional e superior; 3 Parceiros do setor desenvolvimento local; 3 Parceiros do setor Comércio e Indústria; 5 Parceiros do setor social e cidadania; 3 Parceiros do setor I&D. A parceria apresentada constitui um polo aglutinador de uma intervenção territorial integrada, multisetorial, capaz de promover ações para solucionar constrangimentos e implementar as oportunidades locais e os objetivos propostos para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento Local – EDL. Realça-se o facto de nenhuma das entidades, com âmbito de atuação concelhia, subscrever outra parceria DLBC RURAL.

4. Diagnóstico do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT

i. População

FRAQUEZAS Desemprego sazonal cíclico; População decrescente nas freguesias profundamente rurais; Saldo demográfico negativo em 6 dos 12 municípios; Baixa escolaridade e qualificação da população das freguesias profundamente rurais; População jovem < 15 decresceu nos últimos 10 anos; Dispersão da população (ordenamento policêntrico de reduzida dimensão) Fragmentação territorial; Inadequado acolhimento e integração de alguma população imigrante extra comunitária

FORÇAS Elevada dinâmica de criação de emprego sazonal; Crescimento da população residente em meio urbano; Aumento da população total por acréscimo da população imigrante e migrante; Elevado acesso da população à educação; População jovem < 15 do território mantém-se acima da média nacional; Existência de cidades estruturantes (Alcobaça, Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras); Crescimento da população imigrante e da multiculturalidade

AMEAÇAS Tendência acentuada do Índice de envelhecimento da população; Abandono e êxodo rural da população mais jovem; Diminuição da população ativa; Estigmatização contínua do meio rural; Fragmentação social e territorial potenciada urbanização; Pressão Urbana da Área Metropolitana de Lisboa AML sob parte do território do Oeste (dormitório); Criação de guetos como consequência da dificuldade de integração de imigrantes

OPORTUNIDADES Potencial de criação de emprego qualificado; Oferta de qualidade de vida no território; Potencial de atracção de novos habitantes; Níveis de conciliação de emprego rural com qualificação educativa; Coesão social nos núcleos populacionais de base rural; Potencial histórico de Redes inter urbanas e rurais

ii. Economia e Emprego

FRAQUEZAS Fracos instrumentos de gestão territorial regional; Ausência de estratégia económica integrada e comum; Falta de Inovação tecnológica para aumento do valor dos produtos endógenos; Fracas cadeias de valor entre setores; Dificuldade de atração e fixação de empresas; Pouco envolvimento na definição da oferta formativa por parte das empresas e pouca adaptação dos currículos às necessidades do tecido empresarial; Pouca adesão à formação em contexto laboral e de adaptação às reais necessidades das empresas; Falta de Mobilidade intra e inter concelhia; Fraca fixação de mão-de-obra qualificada; Dificuldade de qualificação de trabalhadores estrangeiros, pelas limitações do fator língua; Falta de Recursos Humanos – outros territórios mais competitivos e atrativos; Sazonalidade do trabalho – pouco atrativo na fruticultura; População envelhecida; Necessidade de apoio financeiro para o investimento; A disponibilidade de água limita a economia do setor agrícola, indústrias e economia doméstica; Sazonalidade do Turismo; Ausência de resposta de oferta de hotelaria em determinados concelhos do território; Falta de políticas de acolhimento migrantes; Oferta limitada no território de ensino superior nas áreas agrícola, tecnológica e empresarial; Dificuldade das empresas em recrutar para estágios, e das escolas em responder às necessidades. Dificuldade de estágios: curriculares e profissionais; Perda de transmissão de conhecimento dos mais idosos para os mais jovens; Falta de ordenamento nos parques industriais; Maioritariamente empresas de pequena dimensão (micro empresas)

FORÇAS Articulação entre DLBC Costeiro e Rural; Diversidade de produtos endógenos; Elevado número de empresários agrícolas; Elevado número de produtores organizados em Organizações de Produtores; Proximidade com grandes centros urbanos (Lisboa e Leiria); Presença territorial de Centros de Formação especializada e oferta generalista; Presença territorial de Ensino Superior; Características do território (rural marítimo, rural montanhoso, rural colinas e vales); Estrutura produtiva diversificada; Diversidade do Território - Oferta turística variada (mercados, feiras, património, cultura, lazer); Presença territorial de Centros de Formação especializada e oferta generalista; Existência de Gabinetes de Apoio à população imigrante; Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento e Planos de Ação das Redes Sociais; Existência de diversidade ao nível de património, saberes e atividades tradicionais no território

AMEAÇAS Fraca Internacionalização da Economia; Política de preços das grandes superfícies (pequenas margens para os produtores); Proximidade com grandes centros urbanos (Lisboa e Leiria); Logística de transportes baseada na Rodovia; Não conclusão da modernização da Linha do Oeste (mobilidade); Concorrência de PME em territórios próximos; Prazos de investimento e datas desarticulados para avisos do financiamento; Concorrência da oferta turística de outros territórios; Proximidade com Escolas de grandes centros urbanos (Lisboa e Leiria); Risco de formar Recursos sem fixação dos mesmos no território (imigrantes); Pouca autonomia das escolas; Recursos Humanos formados fora do território não regressarem; A Agência Nacional para a Qualificação do Ensino Profissional (ANQEP) define a oferta formativa sem ouvir as entidades; Períodos de Candidatura de estágios não correspondem às necessidades imediatas das empresas; Pouca flexibilidade do Ministério da Educação para turmas com poucos alunos

OPORTUNIDADES Expansão da comercialização dos produtos locais para o exterior do Território; Reforço da articulação na implementação da estratégia regional (CIM Oeste); Potencial de especialização elevado; Valorização da implementação das Cadeias Curtas; Criação de centros tecnológicos para incremento do valor acrescentado dos recursos endógenos; Incentivar a economia circular e a bio economia através de apoio ao investimento; Possibilidade do investimento na ferrovia; Promover o Oeste como destino de Investimento Direto Estrangeiro; Dinamizar a utilização de fundos de capital de risco; Fomentar o Agronegócio; Fomentar uma Rede Regional de Prototipagem; Maior envolvimento do tecido empresarial na definição da oferta formativa; Descentralização de alguns setores estratégicos do ensino superior; Implementação de Transporte à medida para pessoas a nível regional; Políticas de acolhimento (ex.: creches, escolas, habitação) para trazer mais empresas e recursos humanos para o território; Estratégias de integração dos migrantes - para evitar a propensão para a “exploração” de mão-de-obra estrangeira; Capacitar a mão-de-obra em áreas especializadas para combater a sazonalidade (podas); Avisos contínuos de candidaturas; Apoio a projetos estruturantes (ex: Utilização das Aguas residuais, Gestão do regadio, caso regional do projeto Tejo); Criação de oferta turística para combater a sazonalidade dos Turistas; Implementação de projetos intergeracionais - transmissão saber fazer - Educação não formal; Formar jovens em áreas prioritárias; Valorizar o ensino profissional

iii. Recursos naturais e culturais

FRAQUEZAS Falta de conhecimento sobre os estudos acerca da resiliência climática do Oeste; Fraca qualidade e gestão nos recursos hídricos, (linhas de água, rios, ...); Financiamentos reduzidos para a gestão dos recursos hídricos, limitam a escala varietal das culturas; Desadequado consumo de água, sistemas e rega pouco eficientes. Falta de aproveitamento da água doméstica. Défice de aproveitamento da água da chuva; Deficiente limpeza de rios e ribeiras; Impermeabilização dos solos/erosão dos solos; Falta de investimento no setor termal; Perda de valor institucional na perceção pública das paisagens protegidas; Ausência de reflorestação após incêndios. Dificuldade de implementar projetos; Ausência de fiscalização à limpeza de terrenos; Diminuição do número de associações ambientais no Oeste; Pragas e espécies invasoras condicionam a biodiversidade. Ex: Espécies Exóticas (pampas, cortaderia selloana) e Risco de perda de espécies autóctones. Limitação da escala varietal nas espécies culturais; Baixo aproveitamento da produção agrícola sem calibre/mercado e seus subprodutos; Deficiente gestão dos resíduos (lixo agroindustrial). Identidade difusa do Oeste; Falta de conhecimento, coesão e definição estratégica; Falta de interligação/conhecimento entre associações culturais do Oeste. Falta de articulação e trabalho em

rede/parcerias entre associações e municípios; Dificuldade de gestão, das associações locais (direções, envolvimento e financiamento órgãos sociais, mobilização de dirigentes); Fraco envolvimento dos jovens na organização das atividades culturais e fraca participação nos corpos sociais; Falta de participação do cidadão com contributos para a preparação das agendas culturais; Entidades Públicas locais tomam decisões sem a participação dos agentes locais (escolas, associações culturais e de defesa do Património) e público; Falta de articulação de uma programação cultural regional concertada; Falta de oferta de atividade cultural nas zonas rurais; Falta de produção de conteúdos e formação sobre o património e cultura da região; Desajuste entre territórios a nível de dimensão património e a produção cultural, criando fatores de competitividade entre os municípios. Não existe proporcionalidade entre a dimensão dos municípios e a sua importância/performance cultural; Persistência do nivelamento de conteúdos da visão municipal sobre o património; Falta de comunicação entre o ensino superior e as comunidades da nossa região, com variações concelhias; Perda do conhecimento das artes e ofícios locais.

FORÇAS Oeste como refúgio climático do país; O território possui uma geomorfologia rica e diversificada (possui serras, vales, e mar); A região possui abundância de recursos naturais em quantidade e qualidade (vento, sol, água e solo); Recursos termais significativos e dispersos pela região; Limpeza e manutenção dos povoamentos florestais; Menor incidência de riscos de incêndios na região; Existência no Oeste de entidades ambientais com trabalho realizado; Entidades ambientais com carácter colaborativo na região; Capacidade da região em acolher novas espécies adaptadas às alterações climáticas; Existência de estrutura de tratamento de lixo convencional. A identidade do Oeste é nova e a região possui uma história relevante por explorar; Existe dimensão crítica suficiente e uma capacidade de saber fazer bem; Existem organizações com trabalho feito e municípios atentos ao potencial cultural assim como instituições muito importantes no plano cultural; Existe uma dinâmica associativa com um percurso relevante (Grupos de património histórico e associações culturais ligadas às artes) e novas entidades do sector com potencial de desenvolvimento de novas temáticas; Verifica-se uma renovação geracional em numerosas associações culturais; Associações de património e similares são chamadas a participar e evidenciam capacidade de levar a cabo as programações propostas; A região possui património de valor distintivo que por si só é destacável do restante; Existem instituições de ensino superior dentro da região com boa integração com as organizações locais e regionais; Persistem focos de conhecimento das artes ofícios locais capazes de serem dinamizados; Existência da Leader Oeste como associação promotora e dinamizadora do desenvolvimento local.

AMEAÇAS Operacionalização do Green Deal no PEPAC; Operacionalização dos estudos sobre a resiliência climática do Oeste; Potencial falta de articulação institucional; Pouco financiamento para a gestão do recurso floresta (maior apoio); Possível confusão para a utilização do designado resíduo zero e que tal pode não corresponder a boas práticas ambientais a montante (Químicos aplicados à produção. Produtos fitofarmacêuticos); Potencial ausência de sensibilidade política para implementar esta estratégia de resíduos zero; Dificuldade na transformação e logística crescente. Limitações na obtenção da matéria-prima para aproveitamento de subprodutos; Áreas de caça limitadas e espécies desajustadas das respetivas áreas designadas; Pequena dimensão dos setores, perda de biodiversidade e fraca conservação dos habitats; Risco de extinção de espécies autóctones; Falta de mão-de-obra na manutenção dos rios; Mudança de paradigma (resistência à mudança) institucional e complexidade técnica da sua aplicabilidade, risco de perda de qualidade da água no seu estado natural. Inércia organizacional e desarticulação de competências das organizações regionais que comprometem a sua realização; Capacidade de financiar um manual e a sua implementação nas escolas; Resistência das escolas em adequar os programas nacionais às especificidades locais; Custo não quantificados para operacionalizar uma rede e responsabilidade formal da gestão dessa rede; Persistência dos baixos graus de cidadania e participação; Dificuldade de articulação entre todos os municípios e entidades para a sua concretização, nomeadamente a nível financeiro; Persistência da falta de clarificação do tipo de participação e do financiamento limitado dos projetos Persistência de Orçamentos municipais sem intervenção pública e assembleias municipais reativas; Persistência das inconsequências e falta de eficácia operacional dos acordos; Limitações técnicas e financeiras à sua operacionalização; Potencial limitação financeira da Leader Oeste em assegurar essa função;

Capacidade limitada destas em operacionalizar projetos fora do âmbito da investigação/ação habitual das escolas superiores; Falta de identidade territorial poderá dificultar as convergências e unidade do Oeste; Risco de extinção do saber-fazer; Potencial capacidade limitada de atrair novos públicos para estes temas

OPORTUNIDADES Implementação do Pacto Ecológico Europeu (Green Deal); Elaboração de estudos sobre a resiliência climática do Oeste; Ajustamento do Quadro Legislativo, ação conjunta entre a administração central e a gestão das paisagens protegidas; Criação de um plano de reflorestação; Melhorar o mecanismo de Fiscalização (para ajudar a sensibilizar) sem o objetivo de autuar Fiscalização eficiente; Criação de novas fileiras, incentivos e projetos piloto na área da gestão florestal. Incentivos à certificação florestal; Criação de mecanismos de capacitação e sensibilização para as matérias de gestão de resíduos. Mais informação e conhecimento sobre o que significa resíduo zero na produção de alimentos e o conceito de resíduo zero no tratamento de resíduos urbanos; Construção de estratégia para a operacionalização do conceito de resíduo zero. Resíduos zero (bio resíduos entre outros). Mais informação e conhecimento sobre o que significa resíduo zero na produção de alimentos e o conceito de resíduo zero no tratamento de resíduos urbanos; Aproveitamento de resíduos/fruta fora de calibre. Incentivar a criação de empresas para o aproveitamento de subprodutos (bagaço/Engaço, Bio resíduos, etc.); Campanha para controlo do crescimento das pragas e das espécies invasoras. Uso regrado da caça no controlo de algumas pragas; O território tem potencial para diversificar e concorrer em diversos setores primários; Valorização de espécies autóctones; Galerias ripícolas nos rios; Reaproveitamento de águas e redução do consumo de água e uso eficiente do mesmo. Mecanismos de retenção da água. Incentivos à construção de infraestruturas. Aproveitamento de águas das habitações. Ciclos, seminários, conferências e outras iniciativas com o envolvimento dos atores locais; Capacitação das gerações mais novas sobre o Oeste; Implementar uma Experiência da rede cultura como uma boa prática – Rede cultura do Oeste; Premiar o voluntariado e capacitar os dirigentes e corpos sociais. Incentivos para as entidades da região; Organizar um evento que tenha impacto regional na promoção do conhecimento e interligação com os jovens; Criar processos e projetos participativos, definindo quem deve fomentar a sua organização Municípios Oestinos podem criar outros mecanismos de participação; Realizar parcerias e acordos de colaboração para maior envolvimento nas decisões; Criação de Plataforma de comunicação para trabalhar em rede e haver mais conhecimento; Criar um gabinete de apoio da Leader Oeste (estrutura de gestão e financiamento); Realizar parcerias com o ensino superior, para intervir na região e na comunidade, ouvindo os atores/técnicos locais; Perpetuar o saber-fazer ameaçado ou em risco de perda do Oeste; Dinamização das artes e ofícios

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.)

FRAQUEZAS Falta de escala para o mercado de exportação; Falta de cooperação. Representatividade fragmentada; Existência de pragas e doenças em culturas temporárias e permanentes; Falta de aposta nos produtos endógenos em termos de diferenciação (certificação de origem); Dificuldade dos agricultores em implementar medidas de transição energética e de evolução tecnológica; Falta de estruturas de armazenamento de água; Falta de mão-de-obra qualificada e mais eficiente para as operações culturais; Poucos prestadores de serviços; Falta de presença/ representação do sector primário na OesteCim; Falta de uma imagem comum para os produtos da região (Hortícolas e frutícolas); Inexistência de comunicação comum dos produtos do Oeste; Baixa relevância social da atividade Agrícola, junto das populações; Falta de projetos agregadores da produção das OP's; Mercados locais pouco atrativos. (Falta de organização, limpeza, comunicação, identificação, origem, segurança, preços afixados); Desconhecimento por parte dos produtores sobre a conformidade fiscal; Cantinas e restauração coletiva/público com pouco consumo a nível local. Ausência de resposta no âmbito intermunicipal (por exemplo para apoio à vítima de violência doméstica, falta de ligação entre municípios); Deficiente articulação das respostas existentes; Insuficiente articulação interinstitucional e intrainstitucional; Quadro legislativo em muitas situações impede/limita a intervenção das Entidades do Terceiro Setor; Em nome da Inclusão estão a ser criados grandes níveis de exclusão, com caixas setoriais. Não se está a responder às verdadeiras necessidades das pessoas; Excessiva dependência de fundos para a continuidade de projetos, ações e programas. O financiamento nem sempre

corresponde às necessidades identificadas; Insuficiência de programas de promoção de competências pessoais, sociais e parentais; Insuficiência de respostas a vítimas de violência doméstica em virtude do aumento de sinalizações; Escassez de estruturas de apoio para pessoas com doença mental e famílias; Escassez de estruturas de apoio para famílias, crianças, jovens e idosos com deficiência; Inexistência de informação quantitativa e qualitativa sobre a deficiência ao nível do território; Escassez de Habitação Social, quer em zonas urbanas, quer em zonas rurais e falta de apoio e escassez para arrendamentos no mercado privado; Reduzido interesse e iniciativa por parte dos jovens para o associativismo, voluntariado e participação cívica; Inexistência de respostas alternativas à Institucionalização da pessoa idosa; Dirigentes do terceiro setor com poucas capacidades/conhecimentos de gestão e dinamização das Associações; Falta de Recursos Humanos e pouca capacitação/formação, nas IPSS, no exercício das suas funções; Pouca valorização e reconhecimento da atividade dos cuidadores formais; Ausência de sessões de trabalho para partilha de boas práticas; Solidariedade confundida com assistencialismo; Dificuldade de mobilidade e isolamento social e territorial; Resistência das famílias na adesão aos programas; Incapacidade técnica das Autarquias; Deficiente funcionamento das Redes Sociais.

FORÇAS Parte da produção virada para o mercado já se encontra organizada; O COTHN, Centro de Competências desenvolve investigação no setor hortofrutícola; Existência de vários produtos com certificação de origem; Existência de boas práticas no território; Comparativamente com outras regiões, a região Oeste não tem um défice tão acentuado de água; Existência da OesteCim; Existência de Produtos identitários (Pera Rocha do Oeste); Região com setor agrícola competitivo; Número elevado de Organizações de Produtores OP's na região; Existência de mercados municipais/locais; Ementas mais adaptadas à sazonalidade dos produtos endógenos. Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável PNAES Oeste. N.º de instituições que intervêm nesta área. Experiência adquirida em projetos anteriores; Programas dirigidos a adolescentes com atividades criativas e socialmente responsáveis; Instituições especializadas na área; Estratégia Social Intermunicipal; União das IPSS Lisboa e Leiria; Existência de Redes Sociais; Recente aumento da capacidade de Intervenção dos Municípios; Existência de Gabinetes Municipais e Intermunicipais de Apoio à Vítima; Número de Associações existentes no território; Centros de formação com volume de formação nas áreas de interesse.

AMEAÇAS Não ter capacidade de resposta para os mercados de exportação e nacional; Falta de soluções fitossanitárias para o controlo de pragas e doenças; Aumento do custo dos produtos para o consumidor; Contínua perda de capacidade económica do sector; Aumento de restrições no uso da água; Intensificação das alterações climáticas, fenómenos de seca; Inflação generalizada; Contínua falta de reconhecimento do sector agrícola pelo poder central; Fraca adesão por falta de sentimento de pertença; Dificuldade em alcançar o público-alvo na promoção do turismo hortofrutícola; Consumidores continuarem a não considerar os mercados locais uma opção prática, viável e segura; Exigência burocrática para cumprir os contratos públicos na restauração coletiva; Dificuldades na implementação da Estratégia Nacional de Implementação do Regime Escolar em Portugal (GPP). Programas desajustados das necessidades do território; Atual conjuntura económica e política; Excesso de procedimentos burocráticos; Fraca articulação entre as instituições/respostas; Restrições orçamentais; Atual agravamento da situação económica das famílias; Insuficientes recursos humanos e consequente incapacidade de respostas atempada das equipas de intervenção social; Fraco envolvimento e motivação das redes de parceiros existentes; Incapacidade das Autarquias decorrente da Transferência de competências; Interesses políticos prevalecem sobre as estratégias sociais; Ausência de resposta articulada ao nível intermunicipal; Dificuldade de gestão e mobilização de recursos humanos para formação; Ausência de políticas de prevenção; Excesso de centralização das decisões junto das autarquias, decorrente do processo de descentralização de competências

OPORTUNIDADES Fusão de entidades representativas do setor agrícola, tendo como objetivo o mercado de exportação; Fundos comunitários vocacionados para a exportação; Promover a transferência do conhecimento resultante da investigação; Desenvolver alternativas à saída das substâncias ativas e estudar novas variedades/clones mais resistentes; Criação de uma certificação de origem do Oeste; Capacitar os agricultores, com formação intensiva, dando primazia aos organismos locais nessa capacitação; Aumentar os incentivos à transição energética e à inovação tecnológica; Melhorar a gestão de água; Desenvolver rega mais eficiente; Construir estruturas de

armazenamento coletivo e respetiva rede de distribuição às parcelas agrícolas; Desburocratização dos processos de licenciamento e similares no alojamento dos migrantes temporários; Potenciar uma maior representação agrícola do setor; Criação de uma imagem/marca coletiva para os produtos do Oeste; Comunicação do território. Realização de eventos intermunicipais com produtores locais, OP's e municípios; "Promover o turismo hortofrutícola (ex: Ecopomares e ecopercursos); Ações de sensibilização para as camadas mais jovens, relativas à importância do setor "; "Promover a modernização dos mercados locais e adequá-los à vida normal dos consumidores; Promover o acesso de produtores locais com garantias de qualidade, segurança alimentar"; Implementar soluções de logística para a distribuição em cadeias curtas; Incrementar a compra de produtos produzidos localmente através de Central de compras públicas (para haver mais variabilidade e preços mais baixos) – contratos intermunicipais; Alargar os produtos presentes na Estratégia Nacional de Implementação do Regime Escolar em Portugal (GPP); Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável 2022-2030 DGS; Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável PNAES; Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 e a Estratégia do Prado ao Prato. Candidaturas a programas comunitários e nacionais; Responsabilidade social das empresas; Plano Nacional de Saúde 2021 2030; Estabelecimento de parcerias locais Intermunicipais; Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento Social e Planos de Ação; Delegação de competências em Instituições locais; Programa Mais Habitação; Articulação IPDJ, Agência nacional Erasmus + Juventude/Desporto; Existência da CASES para apoiar a formação; Envelhecimento da População obriga a repensar o papel dos cuidadores formais; Possibilidade de alargamento dos acordos de cooperação; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social.

v. Sustentabilidade e Clima (adaptação e mitigação às alterações climáticas, economia circular, bioeconomia, modos de produção mais amigos do ambiente)

FRAQUEZAS Excessiva utilização de produtos químicos e dificuldade de reconversão; Más práticas na gestão e limpeza das Linhas de água, e zonas ribeirinhas; Dificuldade de acesso à informação e desconhecimento dos seus interlocutores. Má comunicação institucional; Alterações climáticas e suas consequências; Os projetos que existem (Ex.Rios) não têm grande impacto nas comunidades; Poucas áreas protegidas no Oeste; Risco da sustentabilidade de Monoculturas (ex.: fogo bacteriano). Demasiado dependentes do setor primário, assente numa só cultura (pera e vinha) Cadaval e Bombarral; Baixo índice de recolha seletiva – resíduos; Dificuldade de gestão do minifúndio na floresta do Oeste (falta de escala, ausência de gestão e elevado risco de incêndio); Água, solos e a proteção e mobilização dos solos, os problemas do controle das plantas exóticas como é o caso das pampas

FORÇAS Produtividade das culturas da região; Abundância de recursos hídricos na região; Diversidade e quantidade de atores/agentes e de recursos; Oeste como refúgio climático nacional; Áreas protegidas relativamente recentes; Produtividade e especialização regional nas frutas e legumes com relativa proximidade ao mercado da AML Área Metropolitana de Lisboa; Existência de floresta de produção organizada e ligada ao mercado; Relativa abundância de solos e água na região

AMEAÇAS Potencial desalinhamento das políticas públicas e o seu respetivo financiamento; Eventual incapacidade de produzir em quantidade para o mercado; Sazonalidade das ribeiras do oeste dificulta a renaturalização; Custo da conservação; Campanhas com falhas de comunicação relativamente a temas complexos; Risco de insucesso associado à inovação e financiamento respetivo; Custo das soluções tecnológicas pode inviabilizar a sua implementação; PDM sem reformas e novas inclusões das dimensões ambientais; Manutenção do sucesso económico das monoculturas; Degradação das linhas de água e falta de soluções a montante e a jusante; Segmentação entre educação ambiental e competências das estruturas educativas ligadas ao ambiente; Alterações das linhas orientadoras de políticas públicas sobre conservação da natureza; Ausência de financiamento para operacionalizar os planos de ação; Apoios públicos desajustados da escala empresarial nas futuras políticas públicas

OPORTUNIDADES Incentivar a economia circular; Reduzir os custos da agricultura biológica; Melhor gestão e “renaturalizar” as linhas de água, zonas ribeirinhas; Apoios nas fileiras da conservação (sem ser vertente produtiva); Facilitar o acesso à informação; Apoio a projetos piloto que facilitam a ligação (em áreas de gestão pública, municipal); Maior utilização de rega gota a gota; Reaproveitamento das águas residuais tratadas dentro e fora da rede Intermunicipal do Oeste; Consumos mais eficientes; Soluções arquitetónicas bioclimáticas (diminuir o recurso a ares condicionados). Rearborização dos

centros urbanos para controlar a temperatura; Planos mitigadores de estratégias alternativas à monocultura, em território muito condicionados; Divulgar para aumentar a abrangência territorial; Rede de ligação entre áreas protegidas, e centros de interpretação; Maior proteção, usufruto e capacitação. Montejunto, Paul de Tornada, Reserva das Berlengas, Serra do Socorro e da Archeira, Serra de Aire e Candeeiros; Sensibilização com planos de atuação para diminuição dos efeitos das monoculturas; Financiamentos a pequenos produtores e microempresas; Incentivos à promoção e gestão florestal (Políticas nacionais e locais, Campanhas de sensibilização para potenciar o resíduo zero, Apoio a empresas de reaproveitamento/ reciclagem do sector agrícola (fitas da rega gota a gota, etc.)

vi. Transição energética e digital

FRAQUEZAS Dimensão dos municípios causa desigualdade em termos de resposta; Falta de ações de sensibilização junto da comunidade; Falta de confiança na informação disponibilizada pelas empresas; Falta Literacia em geral sobre a transição energética; Informação demasiado técnica; Falta de linhas de efetivo apoio e financiamento; Falta de pessoal qualificado/especializado/informado; Muitos recursos renováveis subaproveitados no Oeste; Dificuldade de implementação de projetos de transição energética; Dispersão das unidades industriais com falta de otimização energética; Elevado consumo energético no sector da fruticultura (conservação); Estado obsoleto da linha do Oeste, ferrovia; Falta de Literacia digital; Elevados custos de manutenção de plataformas; As plataformas não são testadas por quem as vai utilizar; Mau planeamento nos projetos/processos de transição digital; Incapacidade das entidades locais de preencher as suas necessidades no processo de transição digital (investimento em equipamento/serviços e manutenção); Falta de formação/competências digitais nas diferentes perspetivas (organizações públicas e privadas e consumidores); Falta de sensibilização da região Oeste para a monitorização de recursos e unificação dos procedimentos; Falta de valor acrescentado na informação disponibilizada pelo Observatório do Oeste

FORÇAS Existência da OesteCIM com 12 Municípios com grandes assimetrias; Existência de repositório de projetos de energia renovável na região; Renovação da REN em anéis de potência reforçada; Existência de uma rede concentrada e modernizada no sector primário (OP's); Existência da linha do Oeste ferrovia (mobilidade); Existência de empresas do sector digital com relevância nacional; Elevada capacidade de inovação e abertura para o uso das plataformas digitais; As organizações públicas estão disponíveis para facultar formação na temática; Uso da informação proveniente do Observatório do Oeste

AMEAÇAS ITI (intervenção territorial integrada Medio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste) - risco de implementação da nova NUT2 e o desconhecido administrativo; Potencial aumento da burocracia e complexidade técnica crescente; Reorientação das políticas para o território (perda de relevância para outras temáticas e territórios); Potencial falta de cobertura integral do território; Desalinhamento das políticas públicas com o potencial renovável do território; Instalação de centrais eletroprodutoras de grande potência; Potencial falta de organização para a implementação de projetos; Potencial aposta em áreas de investimento que não da transição energética; Não conclusão da modernização da Linha do Oeste (mobilidade); Fontes de financiamento não adequadas às necessidades; Dificuldade de adequar a tecnologia às necessidades; Planeamento estratégico insuficiente para a transição digital, a nível local e regional; Falta de linhas de apoio adequadas para a transição digital; Falta de financiamento por parte das políticas públicas; Aumento da burocracia; Falta de financiamento para operacionalizar o projeto

OPORTUNIDADES Criação de grupo de apoio especializado (entidades públicas e privadas); Criar Mecanismos de comunicação mais claros e eficazes; Implementação de sessões relativas à transição energética (nível de freguesia, pela proximidade/confiança e capacidade de mobilização); Candidaturas a programas comunitários e nacionais para a transição energética; Implementação de Comunidades de energia pelos cidadãos locais sem limitação administrativa; Quadro Comunitário de Apoio - linhas de financiamento dos Programas Operacionais; Promover a produção e o consumo de energia renovável descentralizada; Existência de fundos nos Programas Operacionais para a regeneração dos parques industriais; Organização das Organizações de Produtores proporciona o aproveitamento dos Programas Operacionais do 1º Pilar da PAC; Modernização da Linha do Oeste Ferrovia (mobilidade); Investimento na formação/Capacitação intensiva dos agentes intervenientes e aumentar a Literacia Digital; Criação de plataformas mais intuitivas, amigáveis para o utilizador e de

fácil implementação; Criação de sinergias entre setores; Candidaturas a programas comunitários e nacionais para a transição digital; Implementação de serviços de apoio aos cidadãos na temática, nos diversos municípios; Investimento nos processos (simplificação), nas pessoas (capacitar) e nas tecnologias (torná-las intuitivas); Operacionalização do Projeto Oeste Smart Region

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil

FRAQUEZAS Falta de estratégias a nível regional; Efeitos da Divisão administrativa desarticulada da região Oeste, dividido entre Lisboa e Vale do Tejo, Leiria, Centro; Falta de comunicação entre os vários organismos, serviços e projetos; Fraca intermunicipalidade nas respostas sociais. Cada município tem a sua estratégia/resposta; Afastamento entre eleitos e eleitores; Baixa participação na decisão política por parte dos cidadãos; Fraco envolvimento da população jovem na decisão política; Fraco conhecimento dos autarcas; Processos administrativos complexos, processos de auscultação pública são complexos e inconsequentes; Pouca dinamização da Imagem do Oeste por parte dos municípios; Baixa participação nos fóruns de cidadania (Assembleias locais, órgãos sociais de Instituições...)

FORÇAS Existência da CIM com 12 Municípios com grandes assimetrias; A Leader Oeste é uma entidade intersectorial que tenta dinamizar uma visão comum da região; Existem respostas por parte do sector social privado; Existência de estruturas associativas e política de base local em toda a região; Existência de vários movimentos associativos no território; Existe organizações de base juvenil em toda região; Aposta na digitalização por parte das entidades públicas; Sentimento crescente de pertença ao Oeste.

AMEAÇAS ITI (intervenção territorial integrada Medio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste) risco de implementação da nova NUT2 e o desconhecido administrativo; Escassez de recursos humanos especializados; Maior atratividade de outras regiões sem este género de problemas; Manutenção da Divisão administrativa desarticulada da região Oeste, dividido entre Lisboa e Vale do Tejo, Leiria, Centro; Falta de renovação geracional; Impedimentos legais à formulação ou reforço dos orçamentos; Impedimentos legais à formulação desta tipologia de orçamento; Risco do recrutamento dos eleitos locais por entidades externas ao território; Impedimentos legais às alterações necessárias; Concorrência e/ou sobreposição de eventos de outros territórios

OPORTUNIDADES Aumentar a coesão político administrativa regional; Definir um grupo de coordenação a nível regional para definição de estratégias de desenvolvimento regional; Criação de gabinetes de apoio especializado para o munícipe; Maior divulgação dos serviços, projetos, planeamento/Maior Sinergia entre os agentes económicos; Portugal Inovação Social 2030; Investimento na capacitação das camadas mais jovens, nas escolas, para o exercício da cidadania; Aumentar mecanismos de participação e aproximação entre os eleitos e os cidadãos (orçamento participativos, mais verba para participação); Criar orçamento participativo a nível regional; Formação aos eleitos locais "capacitá-los para os cargos"; Melhoria dos processos administrativos que incluam auscultação pública; Criação de eventos intermunicipais e intra-região.

5. Os Desafios da Estratégia de Desenvolvimento Local do Oeste

A construção dos quadros seguintes tem por base um conjunto de princípios metodológicos que se enumera:

- a) Construção dos enfoques temáticos, a partir das áreas de intervenção, adaptando-as de acordo com uma distribuição ajustada a realidade da região de modo a que o diagnóstico pudesse acolher contributos dos parceiros, assim como potenciar esses contributos em grupos de trabalho coerentes;
- b) Definição dos seguintes enfoques temáticos a que a parceria pretende dar resposta, através da implementação da EDL: 1. População, 2. Economia, Emprego e Ensino, 3. Recursos Naturais, Ambiente e Sustentabilidade (dividindo a temática recursos naturais e culturais, sustentabilidade e clima), 4. Património e Cultura (dividindo a temática Recursos naturais e culturais), 5. Produção Agrícola, organização e promoção, mercados locais e cadeias curtas (dividindo a temática Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.), 6. Solidariedade e Inclusão Social (idem), 7. Transição Energética, Digital, e Governança local (inclui inovação social, cidadania e sociedade civil);

- c) Sinalização e sistematização dos contributos mais relevantes das SWOT como linhas de intervenção sobre a qual se construiu estes enfoques temáticos;
- d) Correspondência entre enfoques temáticos, metas, objetivos definidos, necessidades do Território da EDL, necessidades principais, necessidades complementares e identificação dos indicadores de resultado, definidos na OTE nº 174/2023.

Os enfoques temáticos definidos incidem na implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local que permite aprofundar as experiências de diversificação das economias sustentáveis de base rural através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, e da integração territorial.

1 População					
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades		Indicadores de Resultado
			Principais	Complement	
Aumentar o emprego perene e melhor remunerado	Criação de emprego qualificado	Região com Desemprego sazonal cíclico	PTOE8N1 COE8N7	COE7N5 PTOTN3	R.37
Contribuir para a fixação da população residente	Proporcionar a melhoria de qualidade de vida dos meios rurais	População decrescente nas freguesias profundamente rurais	PTOE8N1 COE8N1 COE8N2	PTOE2N1 COE7N5 COE1N5	R.41
Inverter o decrescimento populacional em todos os municípios da região	Consolidar a atracção de novos habitantes	Saldo demografico negativo em 6 dos 12 municípios	PTOE8N1	COE7N5	R.37
Aumentar o nível de qualificação e formação especializada dos trabalhadores e produtores rurais	Conciliar emprego de cariz rural com qualificação e formação especializada	Baixa qualificação e formação especializada dos trabalhadores e produtores rurais	PTOE8N1	PTOTN3 PTOTN4	R.39
Aumentar o reconhecimento identitário do Oeste	Estimular a Coesão social nos núcleos populacionais de base rural	Articulação insuficiente da ambiência socio-cultural e identitária da região	PTOE8N1	PTOTN2	R.40
Reduzir as assimetrias na dispersão da população	Fortelecer as Redes inter urbanas e rurais	Dispersão da população (ordenamento policêntrico de reduzida dimensão) Fragmentação territorial	PTOE8N1	PTOE2N1 COE7N5	R.41
Aumentar a interculturalidade	Criar condições de acolhimento e integração das populações de imigrantes	Inadequado acolhimento e integração de alguma população imigrante extra comunitária	PTOE8N1	COE6N5	R.42
2 Economia, Emprego e Ensino					
Economia e Emprego					
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades		Indicadores de Resultado
			Principais	Complement	
Otimizar as relações organizacionais e acrescentar valor às dinâmicas económicas	Reforço na articulação da implementação da estratégia regional (CIM Oeste)	Ausência de estratégia económica integrada e comum	PTOE8N1	COE7N5	R.37
Aumentar as soluções de mobilidade inter e intra concelhia	Reforço do investimento na ferrovia Implementação de Transporte à medida para pessoas a nível regional	Dificuldade de Mobilidade intra e inter concelhia	PTOE8N1	COE7N5	R.37
Aumentar o PIB regional	Aumento do valor acrescentado nos diversos sectores	Fracas cadeias de valor entre sectores	COE8N2	COE2N1	R.37
Aumentar o número de empresas sediadas na região	Criar mecanismos de incentivo à fixação de empresas. Apoiar empresas que promovam a economia circular e bioeconomia	Dificuldade de atracção e fixação de empresas	PTOE8N2	COE1N5	R.39 R.10
Aumentar a oferta formativa especializada em resposta às necessidades do mercado	Formar jovens em áreas prioritárias	Falta de Recursos Humanos qualificados	COE8N7 PTOE8N1	PTOTN3	R.37
Aumentar o investimento externo na região	Promover o Oeste como destino de Investimento Direto Estrangeiro	Falta de investimento direto/produtivo	PTOE8N1	COE7N5	R.39
Retenção da população jovem no território;	Criar mecanismos de atracção de novos residentes e novos empresarios	Inverter o declínio demográfico	COE8N1	COE7N5	R.39
Melhorar a integração dos imigrantes	Criar mecanismos de acolhimento de imigrantes	Falta de políticas de acolhimento imigrantes	COE8N7	COE7N5	R.42
Aumentar a articulação entre oferta laboral e oferta formativa	Valorizar o ensino profissional e a articulação com as entidades empregadoras	Dificuldade das empresas em recrutar para estágios, e das escolas em responder às necessidades. Dificuldade de estágios: curriculares e profissionais	PTOE8N1	PTOTN3	R.39
Aumentar a articulação de conhecimentos intergeracional	Fomentar a transmissão do saber-fazer	Perda de transmissão de conhecimento dos mais idosos para os mais jovens	PTOE8N1	PTOTN4	R.40

3 Patrimônio e Cultura			Recursos naturais e culturais		
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades Principais	Complement	Indicadores de Resultado
Aumentar o reconhecimento da heterogeneidade e diversidade da identidade como elemento fundamental da cultura regional	Promover a diversidade e a singularidade do patrimonio regional	Identidade difusa do Oeste	PTOE8N1	COE2N1	
Aumentar o número de mecanismos de gestão das redes existentes e a articulação com novas redes	Promover a articulação entre os agentes culturais do Oeste	Falta de interligação /conhecimento entre associações culturais do Oeste. Falta de articulação e trabalho em rede/parcerias entre associações e municípios	PTOE8N1	COE7N5	R.41
Realizar parcerias e acordos de colaboração para maior envolvimento nas decisões	Promover a articulação entre os agentes culturais do Oeste	Falta de participação dos cidadãos e comunicação insuficiente na programação cultural	PTOE8N1	COE7N5	
Melhorar a comunicação institucional entre entidades da região	Intervir na região e na comunidade, ouvindo os atores/técnicos locais institucionais	Falta de comunicação entre o ensino superior e as comunidades da nossa região, com variações concelhias	PTOE8N1		R.41
Interligar a região com outras regiões europeias	Relevar a singularidade do patrimonio UNESCO	Falta de conhecimento, coesão e definição estratégica	PTOE8N1	COE2N1	R.41
Aumentar as ligações internas da região	Relevar o patrimonio historico e cultural da região		PTOE8N1	COE2N1	R.41

3 Recursos naturais			Recursos naturais e culturais		
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades Principais	Complement	Indicadores de
Promover o uso eficiente dos recursos hídricos	Reaproveitamento de águas e redução do consumo de água. Mecanismos de retenção da água. Incentivos à construção de infraestruturas. Aproveitamento de águas das habitações	Fraca qualidade e gestão nos recursos hídricos, (linhas de água, rios, ...)	PTOE8N1	PTOE2N1	R.39
Aumento do investimento em projetos de otimização da gestão de recursos hidricos	Contribuir para a Implementação do Pacto Ecologico Europeu (Green deal)	Financiamentos reduzidos para a gestão dos recursos hídricos, limitam a escala varietal das culturas	COE8N5	PTOE4N1	R.37
Iniciar a discussão projetos sobre a tematica dos solos	Sensibilizar a população sobre a necessidade de preservar os solos da região	Ausência de discussão sobre a conservação de solos	COE8N1	COE6N5	R.18
Optimizar a gestão da floresta do território	Criação de novas fileiras, incentivos e projetos piloto na área da gestão florestal Criação de um plano de reforestação	Ineficácia na gestão dos pequenos produtores florestais	COE8N6 COE8N5	PTOE6N1 COE6N4	R.17 R.40 R.18

4 Produção agrícola, organização e promoção, mercados locais e cadeias curtas			Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.)		
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades Principais	Complement	Indicadores de Resultado
Aumentar a organização na produção	Criação de uma certificação de origem do "Oeste"	Falta de escala para o mercado de exportação	PTOE8N1	COE2N1	R.9
Contribuir para a resiliência territorial relativa às pragas e doenças	Promover a transferência do conhecimento resultante da investigação	Existência de pragas e doenças em culturas temporárias e permanentes	PTOE8N1	PTOTN4 PTOTN2 COE6N4	R.9
Aumentar a Comunicação sobre o território.	Realizar eventos intermunicipais com produtores locais, OP's e municípios/unir o Oeste em torno dos produtos endógenos. Reforço/Criação de uma imagem/marca coletiva para os produtos do Oeste	Inexistência de comunicação comum e imagem comum dos produtos do Oeste	PTOE8N1	COE7N5	R.39
Aumentar a capacidade de armazenamento de água	Melhorar a gestão de água	Falta de estruturas de armazenamento de água para a produção agrícola	PTOE8N2	PTOE2N1 PTOE4N1	R.9 R.15
Tornar os mercados locais mais atrativos	Promover a modernização dos mercados locais e adequá-los à vida normal dos consumidores Promover o acesso de produtores locais com garantias de qualidade, segurança alimentar Implementar soluções de logística para a distribuição em cadeias curtas	Mercados locais pouco atrativos. (Falta de organização, limpeza, comunicação, identificação, origem, segurança, preços afixados)	PTOE8N1 COE8N1	COE9N5	R.39 R.10
Incrementar a compra de produtos produzidos localmente através de Central de compras públicas	Promover Ementas mais adaptadas à sazonalidade dos produtos endógenos.	Cantinas e restauração coletiva/público com pouco consumo de produtos locais	PTOE8N1	COE9N5	R.37

4 Solidariedade e Inclusão Social					
Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.)					
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades		Indicadores de Resultado
			Principais	Complement	
Reforçar o estado social e as suas complementaridades	Possibilidade de alargamento/reforço de parcerias	Ausência de resposta no âmbito intermunicipal (por exemplo para apoio à vítima de violência doméstica, falta de ligação entre municípios)	PTOE8N1	COE7N5	R.42 R.41
Aumentar a operacionalização dos mecanismos existentes através das redes sociais	Melhorar a articulação das respostas existentes	Deficiente articulação das respostas existentes	PTOE8N1	COE7N5	R.42 R.37 R.39
Criar e ou aumentar parcerias locais e Intermunicipais	Melhorar as parcerias tornando-as mais eficientes	Insuficiente articulação interinstitucional e intrainstitucional	PTOE8N1	COE7N5	R.42
Diminuição da dependência de financiamento público	Assegurar respostas em todas as áreas sociais	Excessiva dependência de fundos para a continuidade de projetos, ações e programas. O financiamento nem sempre corresponde às necessidades identificadas	PTOE8N1	COE7N5	R.42
Aumentar a integração dos jovens nos processos de cidadania ativa	Melhorar e adequar os Programas dirigidos a jovens com atividades criativas e socialmente responsáveis	Reduzido interesse e iniciativa por parte dos jovens para o associativismo, voluntariado e participação cívica	PTOE8N1	COE7N5	R.42

5 Ambiente e Sustentabilidade					
Sustentabilidade e Clima (adaptação e mitigação às alterações climáticas, economia circular, ...)					
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades		Indicadores de Resultado
			Principais	Complement	
Aumentar o nº de projetos que promovam a melhoria da qualidade das zonas ribeirinhas	Incentivar a economia circular	Más práticas na gestão e limpeza das Linhas de água, e zonas ribeirinhas	PTOE8N2	PTOE4N1	R.39 R.37
Promover projetos piloto que facilitam a ligação (em áreas de gestão pública, municipal)	Facilitar o acesso à informação	Dificuldade de acesso à informação e desconhecimento dos seus interlocutores. Má comunicação institucional	PTOE8N1	COE9N8	R.18 R.40
Robustecer o associativismo na fileira florestal	Operacionalizar mecanismos de cooperação na fileira junto dos pequenos produtores	Dificuldade de gestão do minifúndio na floresta do Oeste (falta de escala, ausência de gestão e elevado risco de incêndio)	COE8N5	COE6N6	R.18
Criar uma imagem de marca forte de promoção do oeste enquanto destino turístico com clima ameno	Realçar o Oeste como refúgio climático nacional	Alterações climáticas e suas consequências	PTOE8N2	PTOE4N1	R.39

6 Transição Energética e Digital					
Transição Energética e Digital					
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades		Indicadores de Resultado
			Principais	Complement	
Aumentar a implementação de projetos de digitalização e de transição	Criar Mecanismos de comunicação mais claros e eficazes	Falta de ações de sensibilização junto da comunidade sobre transição energética e	PTOE8N2 COE8N1	COE1N5	R.40 R.15
Poupar recursos financeiros e temporais na instalação de projetos	Simplificar os processos de adesão a projetos em meio rural	Falta de Literacia em geral sobre a transição energética	COE8N1	COE4N5 PTOE4N2	R.15 R.37 R.39

7 Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil					
Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil					
Propostas de Intervenção METAS	Propostas de Intervenção OBJETIVOS	Necessidades Território da EDL	Necessidades		Indicadores de Resultado
			Principais	Complement	
Aumentar a coesão político administrativa regional	Criar um grupo de coordenação a nível regional para definição de estratégias de desenvolvimento regional	Falta de estratégia comum a nível regional	PTOE8N1	PTOTN2	R.41
Aumentar a autonomia de governança regional	Aumentar a eficiência da governança regional	Divisão administrativa desarticulada da região Oeste, dividido entre Lisboa e Vale do Tejo, Leiria, Centro	PTOE8N1	COE7N5	R.39
	Harmonizar a comunicação regional	Falta de comunicação entre os vários organismos, serviços e projetos			
Elevar o nível os níveis de cidadania, de emancipação social e de participação	Criar mecanismos de participação e aproximação entre os eleitos e os cidadãos (orçamento participativos, mais verba para participação)	Baixa participação na decisão política por parte dos cidadãos; Baixa participação nos fóruns de cidadania (Assembleias locais, órgãos sociais de Instituições...)	PTOE8N1	PTOTN3	R.41 R.42
Aumentar a notoriedade do Oeste	Criação de eventos intermunicipais e intra-região	Pouca dinamização da Imagem do Oeste por parte dos municípios	PTOE8N1	COE9N8	R.39 R.37

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões),

Com o objetivo de criar momentos de debate que permitissem definir o diagnóstico da situação do território de intervenção (análise SWOT) foram organizadas várias reuniões temáticas, onde se envolveu a parceria, assim como os atores da comunidade local. Com recurso a esta estratégia, promovemos a reflexão conjunta e a partilha entre os diferentes intervenientes sobre o território.

A primeira reunião ocorreu no dia 10 de maio, na sede da Leader Oeste com várias entidades locais relacionadas com o tema Ambiente.

Posteriormente realizaram-se, na sede da Leader Oeste, seis reuniões temáticas, que se traduziram em sessões de trabalho, nomeadamente:

1º Sessão – Economia, Emprego e Ensino, realizada no dia 26/06 às 14h30;

2º Sessão – Recursos Naturais, Ambiente e Sustentabilidade, realizada no dia 27/06 às 10h;

3º Sessão – Património e Cultura, realizada no dia 27/06 às 14h30;

4º Sessão – Produção Agrícola, Organização da Produção, Mercados Locais e Cadeias Curtas, realizada no dia 28/06 às 14h30;

5º Sessão – Solidariedade e Inclusão social, realizada no dia 28/06 às 10h;

6º Sessão – Transição Energética, digital e Governança, realizada no dia 29/06 às 10h.

A média de participantes nestas sessões correspondeu a 13 pessoas/sessão, tendo-se obtido no total 79 participantes. Em cada uma das sessões os participantes foram divididos em grupos de trabalho e responderam a 2 questões: O que considera estar errado na Região Oeste na ótica da entidade que representa? E qual a solução para o erro detetado?

De seguida cada grupo apresentou de forma sucinta o seu trabalho. Após as sessões compilou-se toda a informação e enviou-se, para apreciação, a um grupo mais restrito e representativo que foi denominado por stakeholders, tendo ocorrido uma reunião/debate na sede da Leader Oeste no dia 6/07, que validou a informação disponibilizada. Este encontro contou com a presença de vários atores da Região Oeste, elementos da Academia, assim como a presença de dois deputados da Assembleia da República. Posteriormente, com base no diagnóstico recolhido, realizou-se uma análise SWOT para cada tema. Detetaram-se as oportunidades a potenciar e as fragilidades que devem ser corrigidas. Com base neste diagnóstico identificaram-se as áreas, os enfoques temáticos e os objetivos que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, criando-se correspondência, sempre que possível, com as necessidades principais, as necessidades complementares e os resultados definidos na OTE, conforme referido anteriormente. No separador outros documentos, as evidências das reuniões/sessões de trabalho: fotos, registo presenças, relatórios e conclusões das sessões.

7. Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia da implementação da EDL.

As evidências de articulação da EDL proposta centram-se no seguinte:

Na subscrição mútua da proposta estratégica do GAL Costeiro, onde a Leader Oeste assume um papel de elemento do órgão de gestão nesse GAL, e a ADEPE enquanto entidade gestora daquele GAL, subscreve a carta de parceria do GAL do Oeste, sendo simultaneamente associada da Leader Oeste.

Na subscrição da Oeste CIM na estratégia da Leader Oeste presente e na participação desta no processo de elaboração da estratégia regional. Adicionalmente a Oeste CIM preside aos órgãos de gestão dos DLBC do Alto e Baixo Oeste assim como da Direção da Leader Oeste, sendo nessa qualidade o primeiro subscritor da proposta formulada, e a Leader Oeste integra o Conselho Consultivo Estratégico do Oeste.

Na subscrição da macro estratégia por todos os 12 municípios da região Oeste, estando assim triplamente envolvidos através da CIM, nas intervenções coletivas de carácter municipal, individualmente como agentes promotores de desenvolvimento nos seus municípios e enquanto associados da Leader Oeste.

Este carácter unânime foi consubstanciado pelo facto de se propor uma cobertura territorial da abordagem Leader quase total da região, estando desse modo colmatadas as lacunas de não elegibilidade do passado.

8. Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir

Conforme indicado no ponto 5, as áreas temáticas criadas são enfoques temáticos, sem que sejam criadas medidas de intervenção. Os resultados propostos e % de alocação da proposta suportam-se nas respetivas unidades de medidas podendo as mesmas sofrer variações. O plano de ação proposto é visualizável na seguinte tabela:

Resultados	Unidade de medida	Área temática								Total Ind.	Alocação do PEPAC
		População	Economia, Emprego e Ensino	Recursos Naturais	Produção	Solidariedade e Inclusão Social	Ambiente sustentabilidade e ação climática	Transição energética e digital	Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil		
R.37	Nº empregos criados/75 000€	1	4	1	5	1	1	1	1	15	22,50%
		1,50%	6,00%	1,50%	7,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%		
R.39	Nº empresas apoiadas	10	40	10	50	10	10	10	10	150	20,00%
		1,33%	5,33%	1,33%	6,67%	1,33%	1,33%	1,33%	1,33%		
R.40	Nº	0,5	0,5	0,5			0,5	1		3	3,30%
		0,55%	0,55%	0,55%	0,00%	0,00%	0,55%	1,10%	0,00%		
R.41	%	0,50%		0,50%		0,50%			0,50%	2,0%	2,00%
		0,50%	0,00%	0,50%	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%	0,50%		
R.42	Nº pessoas 12 projetos a 60 pessoas por projecto de 30000 €	60	60			540			60	720	7,20%
		0,60%	0,60%	0,00%	0,00%	5,40%	0,00%	0,00%	0,60%		
R.9	Nº projectos				200					200	20,00%
		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
R.10	Nº 19330 €/projecto		1		12					13	5,00%
		0,00%	0,38%	0,00%	4,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
R.15	MW		0,4		0,5			0,1		1	10,00%
		0,00%	4,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	1,00%	0,00%		
R.17	Hectare 200.00€ por hectare			1250						1250	5,00%
		0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
R.18	Hectare 200.00€ por hectare			625			625			1250	5,00%
		0,00%	0,00%	2,50%	0,00%	0,00%	2,50%	0,00%	0,00%		
% proposta por área temática		4%	17%	11%	44%	9%	6%	5%	4%		100,00%

9. O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC.

Conforme referido nos pontos 5 e 8, o plano de ação resulta numa macro estratégia ampla e sem base orçamental fixa, estando suportado em estimativas variáveis, uma vez que será na segunda fase da operacionalização do DLBC que se irá definir e submeter um Plano de Intervenção da EDL, tendo em conta os eixos que o PEPAC reservar para financiamento das EDL, de acordo com o Concurso para a apresentação de Candidaturas Nº 02/Operação 10.1.1/2023. A ficha Leader no PEPAC prevê que as estratégias Leader contribuam de forma integrada sendo desejável que as futuras medidas sejam amplas e experimentais de modo que possam ser implementados projetos piloto. A necessidade de flexibilizar um plano que se quer inovador requer abertura para incluir coesão, ajustamento e competitividade na mesma programação, havendo lugar à criação futura de medidas tipicamente Leader e sem acolhimento noutras áreas do PEPAC ou da programação nacional, assim como espaço para os ditos projetos piloto que permitam desenvolver o território rural.